

Governo luta para legar reserva de US\$ 7 bilhões

O presidente José Sarney determinou às autoridades econômicas que cumpram, a qualquer custo, sua promessa de deixar para o sucessor o mesmo nível de reservas cambiais que recebeu do ex-presidente João Figueiredo: US\$ 7 bilhões. Nem mesmo a queda no saldo da balança comercial, que ameaça desencadear uma crise cambial, deverá prejudicar essa determinação. Os técnicos do Banco Central têm orientação de apelar para o atraso na liberação das remessas de dólares ao exterior e admite-se até aumentar ainda mais a demora nas autorizações de remessa de lucros e dividendos, que atualmente é de 60 dias.

A existência de um nível razoável de reservas é fundamental para um plano de emergência que vise ao combate da inflação — e para evitar uma corrida ao dólar, o início dos processos clássicos de hiperinflação. Os US\$ 7 bilhões que o presidente eleito Fernando Collor de Mello deverá receber garantem quatro meses de importação de máquinas, equipamentos, matérias-primas e bens de consumo. Essas reservas são formadas por ouro e dólar, que rendem juros ao país, e não por títulos incobráveis tipo *polonetas*, devidas pela Polônia ao Brasil, que o deputado Delfim Netto (PDS-SP), czar da economia no governo do general Figueiredo, incluiu nos US\$ 11 bilhões em reservas que alega terem sido legados pela ditadura militar ao governo da Nova República. Pelo conceito de Delfim, ironizam os técnicos do Banco Central, Collor herdará US\$ 14 bilhões de Sarney.

Por temor uma crise cambial no primeiro semestre deste ano, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, determinou, em julho, a centralização do câmbio no Banco Central. O envio de dólares ao exterior, com exceção de remessas para pagamento de importações e do financiamento do comércio exterior, passou a depender de aprovação prévia. A centralização tem causado atrasos mínimos de 60 dias na remessa de lucros e dividendos — que têm melhor tratamento, para evitar atritos com as empresas multinacionais.

Os bancos privados estrangeiros já amargam um calote de cerca de US\$ 4 bilhões em juros vencidos desde setembro, e que não serão pagos até a saída do atual governo, dia 15 de março, a fim de manter as reservas no nível prometido pelo presidente Sarney. Por ironia, no dia da posse de Collor vence outra parcela de juros aos credores privados de cerca de US\$ 2 bilhões e que também não serão pagos, se depender da assessora econômica do presidente eleito, Zélia Cardoso de Mello.

Mas não é apenas com atraso de pagamentos e liberações de remessas ao exterior que conta o governo para manter as reservas em US\$ 7 bilhões, valor que atingiram nesse final de ano. O *overnight*, usado para manter o dinheiro das empresas no financiamento ao déficit público, atrai também os dólares dos exportadores.

Na avaliação dos técnicos, os empresários estão preferindo antecipar o fechamento dos contratos de câmbio das exportações — o que significa receber, em cruzados novos, o equivalente aos dólares obtidos na venda ao exterior. Esses cruzados novos são aplicados no *overnight*, garantindo rendimento ainda maior do que teriam os exportadores se preferissem atrasar o fechamento dos contratos na expectativa de uma máxi-desvalorização. Essa estratégia já foi adotada logo após o Plano Verão, o que rendeu um aumento providencial das reservas no caixa. (M.L.A. e T.B.)